

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.181 - MT (2019/0270179-4)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A  
**ADVOGADOS** : ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO - SP146997  
MARIANA ARAVECHIA PALMITESTA - MT022977  
**RECORRIDO** : LIRIO FURLANETTO  
**ADVOGADO** : ÁLVARO MENEZES - MT013322

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES, CUMULADA COM COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA À LEI. SÚMULA 284/STF. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃOS DO MESMO TRIBUNAL. INADMISSIBILIDADE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de restituição de valores, cumulada com compensação por danos morais.
2. O recurso especial não pode ser conhecido quando a alegação de ofensa à lei for genérica.
3. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
5. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
6. A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial.
7. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Ação:** de restituição de valores empregados na construção de rede elétrica em propriedade rural, cumulada com compensação por danos morais,

ajuizada por LIRIO FURLANETTO, em face da recorrente.

**Sentença:** julgou parcialmente procedente o pedido, para: i) reconhecer a prescrição da pretensão de cobrança das prestações anteriores a 27/04/2012; ii) declarar nula as cláusulas contratuais que autorizam a cobrança da tarifa de participação financeira; iii) determinar a restituição dos valores pagos; iv) condenar a recorrente ao pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para compensar os danos morais.

**Acórdão:** manteve a decisão unipessoal do Relator que negou provimento à apelação interposta pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – DECISÃO MONOCRÁTICA – AÇÃO ORDINÁRIA - RESTITUIÇÃO DE VALORES DESEMBOLSADOS PELO CONSUMIDOR PARA CONSTRUÇÃO DA REDE ELÉTRICA EM PROPRIEDADE RURAL PELO PROGRAMA “LUZ PARA TODOS” – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – INCORPORAÇÃO PELA CONCESSIONÁRIA – RESSARCIMENTO DEVIDO - QUESTÃO DECIDIDA PELO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO (AgRg no AREsp 265.438/MS) – APLICABILIDADE DO ARTIGO 932 DO CPC E SÚMULA 568 DO STJ - CABIMENTO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Se o consumidor final cede ramais elétricos à empresa concessionária de distribuição de energia elétrica, ora agravante, não por mera liberalidade, mas por disposição legal que assim o obriga, se quiser aderir a programa de eletrificação rural, não há que se falar de doação.

2. O programa público de eletrificação rural prevê atendimento sem ônus para o solicitante titular de unidade consumidora, mas a antecipação das obras essenciais para viabilizar a prestação do serviço impõe o ressarcimento posterior pela concessionária. Precedentes do STJ.

3. Verificada a manifesta improcedência do recurso, o relator está autorizado a proferir decisão monocrática, em conformidade com o artigo 932, do CPC, sobretudo quando fundamentada em jurisprudência do STJ sobre a matéria.

**Embargos de declaração:** interpostos pela recorrente, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 2º e 3º da Lei 9.427/96;

29, V, da Lei 8.987/95; 104 do CC/02; da Lei 10.438/02; Decreto 4.873/03; e 458 e 535, I e II, do CPC/73; bem como dissídio jurisprudencial. Assevera que os usuários que anteciparam valores para construção de ramais de energia e que cumpriram os requisitos da legislação do Programa "Luz Para Todos", o que não seria o caso do recorrido, somente serão indenizados quando da concretização da universalização na área de concessão da recorrente.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

### ***- Julgamento: aplicação do CPC/15***

#### ***- Da alegação genérica de ofensa à lei***

A recorrente alega genericamente violação da Lei 10.438/02 e do Decreto 4.873/03. Deixa de indicar, todavia, especificamente quais dispositivos legais foram violados pelo acórdão recorrido.

#### ***- Da violação do art. 535 do CPC/73***

A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial. Aplica-se, neste caso, a Súmula 284/STF.

#### ***- Da fundamentação deficiente***

Os argumentos invocados pela recorrente não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 2º e 3º da Lei 9.427/96, 29, V, da Lei 8.987/95, 104 do CC/02 e 458 do CPC/73

#### ***- Da ausência de prequestionamento***

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos dispositivos legais indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por

isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, neste caso, a Súmula 211/STJ.

**- Da divergência jurisprudencial**

A agravante utilizou acórdãos da lavra do próprio TJ/MT, os quais, todavia, não se prestam à comprovação da divergência, nos termos da Súmula 13/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 12% sobre o valor da condenação para 15%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora